



*A **Associação Portuguesa das Mulheres Juristas** constitui-se com o objectivo de contribuir para o estudo crítico do Direito sob a perspectiva da promoção e defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.*

*Segue a linha de se opor à discriminação, seja ela subtil ou não, e de procurar levar a cabo todas as iniciativas, todas as lutas que necessárias forem, pela igualdade de género.*

*Manter-nos-emos fiéis a esta génese e tanto mais, quanto maior for a tentacular sombra dos retrocessos que se avizinha, a coberto seja de que pretexto for.*

*Os avanços sociais e normativos, neste domínio, não são nem nunca serão inquestionáveis e definitivamente vitoriosos.*

*As crises fazem desacelerar as antropologias confiantes e remetem a vida colectiva para trincheiras recuadas, afectas a avatares delidos, deixando à solta a irracionalidade das quimeras, das diferenças falsas, dos pensamentos da exclusão, subordinados em pretensas elites iluminadas.*

*Também esta iniciativa desconfia do pensamento único, da moda pós-masculina, dos caminhos incongruentes, das contrariedades superadas, no fim dos séculos.*

*Continua, acredita a **Associação Portuguesa das Mulheres Juristas**, a justificar-se uma agenda para o exame crítico dos fenómenos e do pensamento que nos são apresentados em resultados que divergem, discriminam, estigmatizam, retornam, enfim, à bruxaria da exclusão.*

*Esta Conferência nos dirá se devemos ou não recear como discriminatório, contrário à sobresaliência de género, mais uma vez, remissivo para a secundarização e sombra social e histórica das Mulheres, aquilo a que insistentemente se tem chamado síndrome da alienação parental.*



*A investigação crítica que iniciamos e propomos não parte, naturalmente, de qualquer preconceito, ideia feita ou plataforma discriminatória ela também, por ingenuidade, falta de apego ao rigor metodológico, teima ou suspeição.*

*O feminismo jurídico, as teorias feministas do Direito, desde que foi inaugurado sempre se conduziu na estrita racionalidade, no curioso saber construído dia a dia, nas luzes do entendimento que tornam comum a humanidade toda.*

*E neste sentido que avançamos e nos interrogamos sobre a realidade, deixando para traz os contos de fadas da impostura, opondo-lhes os resultados do honesto esforço e da liberdade de opinião.*

*Por conseguinte, nada nos move em contrário que não seja a verdade ou aquilo em que acreditamos seja a verdade conduzida pela lógica, pela observação atenta e pela inteligência.*

*Não temos preconceitos e repudiamo-los.*

*Nada para nós é certo que não passe pelo crivo do exame e da discussão. Ainda não podemos saber e dizer portanto que seja fantasia discriminatória, uma qualquer síndrome de alienação parental.*

*Apelamos até ao debate e ao esforço conjunto de esclarecimento, por parte das posições contrárias. Convidamo-las honestamente a convencerem-nos, por argumentos sólidos, livres e de boa razão. Mas terão de nos dar resposta sem dúvida aos problemas pertinentes de a alienação parental surgir num horizonte de vitimização masculina, numa regularidade de queixas e sintomas, tão ao contrário porventura da história e da vida social.*

*Não negamos casos que alarmam, mas que tem de ser melhor estudados; não negamos que possa haver erros de paralaxe que uma investigação mais cuidada e mais ampla esclareça. Menos restritiva e*



*sobretudo que incorpore acontecimentos de perseguição feminina e por aí, por essa via, possa conduzir a sínteses novas de melhor clarividência e respeitadores das diferenças que se incorporam na dicotomia de género.*

*Por isso mesmo esta Conferência não é, não pode ser, contra nenhuma posição, mas tributária da abertura que em si e por si, justifica toda a luta pela igualdade de género.*

*Se, mais além, o pensamento da realidade, demonstrado, nos convencer dos limites de um perigoso defeito de psicologia social em que “lavagens ao cérebro” das crianças sirvam, primeiro que tudo para as excluir do comum, depois do pai ou da mãe ou da família de cada um, seremos as primeiras a procurar um remédio normativo eficaz, como anteriormente o fizemos quando em 1994 e com a colaboração da Dr.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Saldanha Pinto Ribeiro propusemos a introdução da guarda partilhada das crianças filhas de pais separados.*

*É esta a nossa forma de agir e estar no mundo, a que privilegia a procura de soluções normativas a partir das quais possa ser feita a pilotagem da harmonia, estágio superior da igualdade da diferença.*

*Continuamos, assim, a ser fiéis ao desígnio de procurar tornar realidade as palavras imorredouras de Natália Correia quando escrevia “creio num engenho que falta mais fecundo, de harmonizar as partes dissonantes”.*

*Lisboa, 3 de Novembro de 2011*

*Maria Teresa Féria de Almeida*